

ÍNDICE

Nota explicativa – 1ª edição	9
2ª edição	11
Abreviaturas	15
Legislação fundamental de direito do urbanismo	19
I. CONCEITO DE DIREITO DO URBANISMO	21
A. Autonomia e particularidades	23
B. Ciências afins	26
Bibliografia	29
II. AS FONTES DE DIREITO DO URBANISMO	31
A. Dimensão constitucional	33
B. Dimensão internacional	38
C. Dimensão legal	39
Bibliografia	47
III. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	49
A. Reorganização administrativa	51
B. Alteração dos modelos decisórios	56
C. Princípios específicos relativos à organização administrativa	58
Bibliografia	59
IV. OS INSTRUMENTOS DO DIREITO DO URBANISMO	59
A. Enquadramento	63
B. As alterações operadas pela revisão do RJIGT	64
C. Os instrumentos de gestão territorial como instituto do direito do urbanismo - aspetos caracterizadores	70
i. As funções dos programas e dos planos	70
ii. Tipologias dos programas e dos planos	71
iii. Breve descrição dos instrumentos de gestão territorial	73
iv. Natureza jurídica dos instrumentos de gestão territorial	76
v. Dos princípios fundamentais dos instrumentos de gestão territorial	79
vi. A violação dos instrumentos de gestão territorial: causas e consequências	91
D. O regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT)	95
i. Procedimento de elaboração dos planos	95
ii. Dinâmica dos programas e dos planos: alteração, revisão, suspensão, correção material e revogação	99

E.	Sistemas e instrumentos de execução	107
i.	Aquisição de bens (artigo 22º da LBPSOTU e artigo 153º do RJIGT)	110
ii.	Reserva de solo (artigo 18º da LBPSOTU e artigo 154º do RJIGT)	111
iii.	Direito de preferência urbanística (artigo 29º da LBPSOTU e artigo 155º do RJIGT)	111
iv.	Direito de superfície (artigo 30º da LBPSOTU e artigo 156º do RJIGT)	112
v.	Demolição de edifícios (artigo 157º do RJIGT)	113
vi.	Reparcelamento do solo urbano (artigo 19º da LBPSOTU e artigos 164º e ss. do RJIGT)	114
vii.	Venda forçada (artigo 35º da LBPSOTU e artigo 160º do RJIGT)	117
viii.	Arrendamento forçado (artigo 36º da LBPSOTU e artigo 161º do RJIGT)	117
ix.	Expropriação	118
1.	Objeto da expropriação clássica	123
2.	Sujeitos da relação jurídica	124
3.	Pressupostos	125
4.	Procedimento de expropriação	128
5.	Processo judicial	134
6.	Garantias dos particulares	135
x.	Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)	146
1.	Conceito de operações urbanísticas	148
2.	Tipologia de atos de controlo - artigos 4º e 6º-A	164
3.	Procedimento administrativo de licença	164
4.	A comunicação prévia	186
5.	Autorização	191
6.	Isenção de controlo	192
7.	Procedimento de informação prévia	195
8.	Execução e fiscalização	202
9.	Fiscalização e tutela urbanística	205
10.	O silêncio da Administração em matéria urbanística	231
	Bibliografia	233
V.	CONTRATUALIZAÇÃO	235
	Bibliografia	239
VI.	O CONTENCIOSO NO DIREITO DO URBANISMO	241
	Bibliografia	248
	Bibliografia geral	249